

O Brasil paga dívida com o BIS

1 DEZ 1983

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Fundo Monetário Internacional (FMI) liberou ontem US\$ 1,17 bilhão referente a três tranches do empréstimo concedido ao Brasil, já incluindo a parcela final de US\$ 411 milhões que estava prevista para dezembro (a primeira seria sacada em maio e a segunda em agosto).

Com esses recursos, o País saldou totalmente sua dívida junto ao Banco para Compensações Internacionais (BIS), no valor de US\$ 1,07 bilhão. Como US\$ 400 milhões da dívida estavam com o pagamento atrasado desde maio passado e outra parcela igual vencera em agosto, houve uma cobrança de US\$ 20 milhões de juros por parte da instituição (já incluídos no valor pago ontem). Apenas com o BIS, segundo dados oficiais do Banco Central, o País despendeu cerca de US\$ 80 milhões de juros que incidiram sobre o empréstimo total de US\$ 1,45 bilhão.

A informação do pagamento da dívida, numa

operação de transferência automática do FMI ao BIS, foi confirmada pela Diretoria da Área Externa do Banco Central ontem à tarde.

O próximo passo, agora, é a liberação das três tranches de US\$ 635 milhões cada uma, retidas pelos bancos credores que participaram do empréstimo-jumbo (Projeto 1) desde a suspensão dos desembolsos do FMI.

O governo pretendia que esse desembolso — que totaliza US\$ 1,9 bilhão — fosse autorizado três dias úteis após a decisão do FMI. Há, entretanto, uma formalidade a cumprir junto aos 172 bancos envolvidos nessa operação que adiará a liberação dos recursos para o dia 12 próximo, atrasando, dessa forma, o pagamento de aproximadamente US\$ 1,12 bilhão de "bridging-loans" (empréstimos-ponte), sendo cerca de US\$ 770 milhões já vencidos e um remanescente de US\$ 350 milhões que vence neste mês.

Esta formalidade é a seguinte: como a liberação das parcelas retidas do

Projeto 1 estaria condicionada ao pagamento dos débitos atrasados — que hoje se situam na faixa de US\$ 2 bilhões —, o País precisará obter dos 172 bancos uma concordância para que o desembolso se efetue sem que sejam salgadas as dívidas vencidas. "E apenas uma formalidade", reiterou uma fonte do Banco Central, argumentando que as instituições financeiras sabem muito bem que o País não poderá saldar seus débitos sem esse dinheiro.

Segundo estimativas da Área Externa do Banco Central, os juros que correram por conta dos débitos não pagos ao longo deste ano situam-se na casa dos US\$ 100 milhões. Conforme dados do fluxo de caixa do País, de janeiro até agora o Brasil pagou cerca de US\$ 80 milhões de juros ao BIS, US\$ 308 milhões de juros dos empréstimos do Projeto 1, além de US\$ 83 milhões ao FMI e US\$ 103 milhões cobrados pelas linhas de crédito (comerciais e interbancárias).

Ainda permanece indefinida a data de assinatura do contrato do novo empréstimo-jumbo, de US\$ 6,5 bilhões. O prazo fatal, como observou o diretor da Área Externa do BC, José Carlos Madeira Serrano, a este jornal, continua sendo 31 de dezembro. Mas parece óbvio que a assinatura acontecerá por volta dos dias 15 a 20 deste mês, como previu o presidente do BC, Affonso Celso Pastore. Até ontem, contudo, o nível de adesões dos bancos a este empréstimo não havia alcançado a cifra de US\$ 6,5 bilhões, necessários para o encerramento do balanço de pagamentos deste e do ano que vem.

Todos esses recursos, somados a cerca de US\$ 3 bilhões que serão liberados tão logo o governo brasileiro assine o contrato do empréstimo novo com os 820 bancos internacionais, segundo Serrano, saldaram a totalidade dos débitos exis-

tentes, fecham o balanço de pagamentos deste ano e ainda asseguram uma pequena parcela de dólares para entrar o ano de 1984.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse ontem que "tudo está sendo feito para um efetivo ajustamento econômico. A questão agora é de tempo e de ação interna".

(Ver página 16)